

Exm<sup>a</sup> Senhora  
**Presidente da Assembleia Municipal de  
Lisboa**

**Requerimento n<sup>o</sup> 0003 /GPCPAML /2015**

**Assunto: Encerramento de dez salas da Escola de Música do Conservatório Nacional**

Na sequência de uma vistoria ao edifício, a direcção da Escola de Música do Conservatório Nacional foi notificada a 30 de Janeiro pela Câmara de Lisboa, de que teria de encerrar, a partir de 16 de Fevereiro, dez salas de aulas, por questões de segurança.

A situação da Escola de Música do Conservatório Nacional tem sido objecto de grande preocupação e intervenção, por parte do PCP quer em sede de Assembleia Municipal quer na Assembleia da República. De facto, há vários anos que o PCP alerta para as deficiências estruturais do edifício, não apenas na parte onde se localizam as salas de aula, mas também nos auditórios que recebem o público. O problema tem vindo a arrastar-se perante a total inércia governamental que determina que o edifício esteja hoje em risco.

A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, por proposta do PCP e por unanimidade, a recomendação à Câmara para que classifique o Conservatório Nacional como Imóvel de Interesse Municipal, proposta essa que a Câmara ainda não deu resposta. Tal proposta resultou da visita de vários deputados municipais no âmbito das actividades da 7<sup>a</sup> Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa ao edifício do Conservatório Nacional e cujas conclusões apontaram para a necessidade inequívoca de intervenção do Governo na reabilitação urgente do edifício.

Foi, aliás, publicada a 3/12/2014 a Resolução n.º 101/2014 da Assembleia da República, «Pela Requalificação da Escola de Música do Conservatório Nacional e recuperação do seu Salão Nobre», também esta aprovada por unanimidade e por proposta do PCP, que recomenda ao Governo «que promova as medidas necessárias para a requalificação do Salão Nobre da Escola de Música do Conservatório Nacional de Lisboa, bem como das suas restantes instalações, assegurando o envolvimento e a direcção pelos órgãos de administração e gestão da Escola em todas as fases do projeto e da concretização da obra, estabelecendo como objetivos a modernização do edifício, a qualidade do ensino e o bem-estar e o conforto dos profissionais e dos estudantes.».

Não obstante, o Ministério da Educação e da Ciência não tem dado qualquer resposta que não passe pela orçamentação de pequenas reparações, o que tem levado à situação presente. Os alunos, que se manifestaram à porta da Escola de Música e que, conjuntamente com pais e professores se deslocaram à Assembleia da República para exigir soluções, estão presentemente sem aulas, situação que se irá manter enquanto o MEC não fizer as obras necessárias que salvaguardem a segurança dos alunos e trabalhadores da Escola.

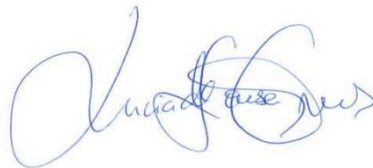
**Assim, o Grupo Municipal do PCP, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do Artigo 4º e das alíneas d) e j) do Artigo 12º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, requer a V. Exa. que providencie as diligências necessárias junto da Câmara Municipal de Lisboa para que esta informe:**

- 1 – Para quando a classificação do Conservatório Nacional como Imóvel de Interesse Municipal?
- 2 – Que apoios pretende a Câmara disponibilizar para garantir o acompanhamento e eventual resolução dos problemas de segurança do edifício?
- 3 – Pretende a Câmara efectuar diligências junto do MEC, considerando o interesse histórico, patrimonial e cultural do Conservatório, no sentido de exigir a intervenção urgente no edifício? Se sim, quais e quando?

Com os melhores cumprimentos,

Assembleia Municipal de Lisboa, em 3 de Março de 2015

A Deputada Municipal do PCP



- Lúcia de Sousa Gomes -